

JURIS

**REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO
FADIR**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
FACULDADE DE DIREITO
FADIR**

JURIS

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO



ISSN 1413-3571
E- ISSN 2447-3855

<i>JURIS</i>	Rio Grande	v. 30	n. 2	p. 1-270	2020
---------------------	------------	-------	------	----------	------

Direitos reservados desta edição: Editora da FURG

2020

Capa: Anael Macedo

Formatação e diagramação:

João Balansin

Gilmar Torchelsen

Cinthia Pereira

Revisão: os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária

Me. Marcia Rodrigues, CRB 10/1411

J95 Juris / Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande. - Vol. 30, n. 2 (Jul./Dez. 2020) - Rio Grande: Ed. da FURG, 1982- .
v. 30; 21 cm.

Semestral.

Anual: 1982-2011.

Subtítulo varia: Revista da Faculdade de Direito; Revista do Departamento de Ciências Jurídicas.

Continuação de: Revista do Departamento de Ciências Jurídicas.

Iniciado com o vol. 4, no. 1 (1982/1985).

Publicado também como revista eletrônica.

ISSN 1413-3571

1. Direito. I. Universidade Federal do Rio Grande.
Faculdade de Direito.

CDU, 2ª ed.: 34

Índice para o catálogo sistemático:

1. Direito

34

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada um dos artigos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

SUMÁRIO

Editorial	7
Editor	
“Encobrimento do outro” e Questão Ambiental na América Latina: algumas notas críticas	11
África e América Latina e os Desafios da Agenda 2030	29
O Tráfico de Pessoas no Brasil: do combate às consequências .	79
Desafios e percalços da pessoa com deficiência no Brasil	95
Reforma da Previdência (EC nº 103/2019): inconstitucionalidade da vedação à conversão do tempo de atividade especial em comum	111
Diálogos sobre judicialização e ativismo frente ao controle de constitucionalidade	135
Injúria Racial e o Racismo – burocracia a favor do <i>status quo</i> .	149
Mães encarceradas: a efetividade dos Direitos Humanos na perspectiva de gênero no cenário prisional brasileiro	163
Destituição do poder familiar e maternidade socioafetiva	199
O implante de chip em trabalhadoras e trabalhadores: as vicissitudes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira e da <i>General Data Protection Regulation</i> (GDPR) europeia	229

Preocupação excessiva do Estado na produção de provas nos casos de grande repercussão na esfera penal	251
---	-----

EDITORIAL N. 2/2020

Escrevemos este editorial, do segundo número de nossa revista, em meio a uma pandemia trazida pela Covid-19 que a todos e todas nos afeta. Milhares de vidas ceifadas e uma crise sanitária sem precedentes em nossa história.

Por certo que, diante desta crise, torna-se mais difícil o trabalho de todos nós, sejam os Editores das revistas, sejam a paz e tranquilidade necessárias a produção de um artigo. Desde o começo de 2019, a pandemia nos conduziu a um trabalho remoto, com prejuízo notório às nossas atividades docentes, mais contundentemente à extensão.

Na certeza de que passaremos por este momento sombrio e delicado, passamos a elencar, de forma suscinta, cada um dos onze artigos que compõe este número.

Abrindo o segundo número de 2020, temos o artigo de Emilia da Silva Piñeiro e César Augusto Soares da Costa, denominado **Encobrimento do Outro e a Questão Ambiental na América Latina: algumas notas críticas**, a autora aborda as contribuições da categoria do “encobrimento do outro”, na teoria do pensador argentino Enrique Dussel, apontando suas implicações para a questão ambiental na América Latina.

No segundo artigo, de autoria de Mohammed Nadir, denominado **África e América Latina e os Desafios da Agenda 2030**, o autor analisa de forma comparada o contexto de adesão de África e América Latina à Agenda 2030, da ONU, apontando os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

No terceiro artigo, de Geovanna Monteiro Veras, Maria Fernanda Santos Souza e Luiza Catarina Sobreira de Souza, denominado **O Tráfico de Pessoas no Brasil: do combate às consequências**, a autora descreve as principais medidas que estão sendo adotadas pelo Estado brasileiro no combate a este delito representado pelo tráfico de pessoas, especialmente de mulheres.

No quarto artigo, de Rogério Lima Paixão e Luiza Catarina Sobreira de Souza, intitulado **Desafios e Percalços da Pessoa com Deficiência no Brasil**, aponta a mudança do estigma atrelado à pessoa com deficiência, analisando os principais fatores que permearam ou dificultaram a implementação da autonomia da PCD na busca por inclusão.

No quinto artigo, de autoria de João Batista Lazzari e Fábio Nobre Bueno Brandão, denominado **Reforma da Previdência (EC nº 103/2019): inconstitucionalidade da vedação à conversão do tempo de atividade especial em comum**, os autores analisam os dispositivos da Emenda Constitucional n. 103/2019 relacionados com a impossibilidade da contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios e a vedação da conversão de tempo especial em comum, após 13/11/2019.

No sexto artigo, de Jefferson Prado Sifuentes e Marco Curi Prais, intitulado **Diálogos Sobre Judicialização e Ativismo Frente ao Controle de Constitucionalidade**, o autor realiza uma análise crítica da atuação do Poder Judiciário e dos fenômenos da judicialização e ativismo judicial, em decorrência do controle da constitucionalidade.

No sétimo artigo, de Romulo Paulino Maia, denominado **Injúria Racial e o Racismo – Burocracia a Favor do *Status Quo***, o autor analisa a burocracia e a tipificação de dois tipos penais semelhantes, ou seja, de dois tipos penais semelhantes que determinam quem sofre o racismo e quem sofre injúria racial.

No oitavo artigo, de autoria de Maria Adriana da Silva Torres, denominado **Mães Encarceradas: a efetividade dos direitos humanos na perspectiva de gênero no cenário prisional brasileiro**, a autora intenta verificar as relações sociais à luz da Criminologia Crítica, que compreende o cárcere como um espaço poroso forte herança do patriarcado que se mostra vivo neste contexto de “Estado Penitência”.

No nono artigo, de Aline Payonki, denominado **Destituição do Poder Familiar e Maternidade Socioafetiva**, a autora analisa a relevância da maternidade dentro da filiação socioafetiva, discutindo os reflexos do seu reconhecimento no sistema jurídico brasileiro na perspectiva do filho.

No penúltimo artigo deste número, de autoria de Sheila Stolz e Manuel Martín Pino Estrada, denominado **O implante de chip em trabalhadoras e trabalhadores: as vicissitudes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira e da *General Data Protection Regulation (GDPR)* europeia**, a autora analisa o caso do implante de *chip* em trabalhadoras(es), diante da diretriz ético-jurídica diante do livre consentimento manifestado, com preservação da privacidade e a intimidade.

Encerrando este segundo número de 2020, de autoria de Ecceziast de Paula Galvão Junior, denominado **Preocupação Excessiva do Estado na Produção de Provas nos Casos de Grande Repercussão na Esfera Penal**, o autor objetiva discutir diferenças na maneira em que o Estado reage no momento de criação de provas nos casos de grande repercussão quando comparado com outros de menor impacto social.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura e proveito dos onze artigos inéditos que ora socializamos, desejando votos de cuidados, pessoais e com a coletividade, diante do momento pandêmico pelo qual, amargamente, passamos.

O Editor

